



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

COMUNICADO

GOVERNO HIPOTECOU O BEM-ESTAR DOS MOÇAMBICANOS!

O Ministério de Economia e Finanças (MEF) informou aos moçambicanos e ao público em geral, no seu comunicado¹ datado de 6 de Novembro de 2018, os moldes em que os pagamentos dos títulos de dívida da EMATUM (juros e capital) serão efectuados.

O CIP vem monitorando o processo de reestruturação da dívida pública desde Março do ano corrente, altura em que o Ministro das Finanças apresentou a proposta de reestruturação com pressupostos conducentes a hipoteca das receitas do gás em detrimento do uso das

mesmas para garantir melhorias do bem-estar dos moçambicanos.

Na actual proposta, o Governo reforça a vontade de buscar alternativas dentro do Orçamento de Estado com suporte das receitas fiscais do gás natural para pagar os juros e o capital destas dívidas para, novamente, ter acesso ao mercado internacional de capitais.

Ou seja, o Governo prefere continuar a sacrificar o país sem que os moçambicanos vejam os benefícios das dívidas e dos recursos que serão hipotecados.

Caixa 1: **Projeções de receitas do Gás**

Num documento datado de Junho de 2018¹, o MEF apresenta as projecções de receitas fiscais decorrentes da exploração de gás natural nas áreas 1 e 4 da bacia do Rovuma.

Sob as assumpções do cenário base, o Governo indica que nos primeiros anos (2022 a 2031) a receita fiscal (média anual) proveniente da exploração de gás natural será muito baixa. Para o caso da área 1 não chegará a atingir USD 500 milhões. A situação é ainda mais grave para o caso da área 4 em que não passa dos USD 200 milhões (vide figura abaixo). Este cenário significa que nos primeiros anos não se pode esperar elevadas receitas provenientes deste sector. Coincidentemente, neste período o Governo propõe-se a pagar para além dos juros (que iniciam em 2019), iniciar o pagamento das amortizações anuais do capital em 2029.

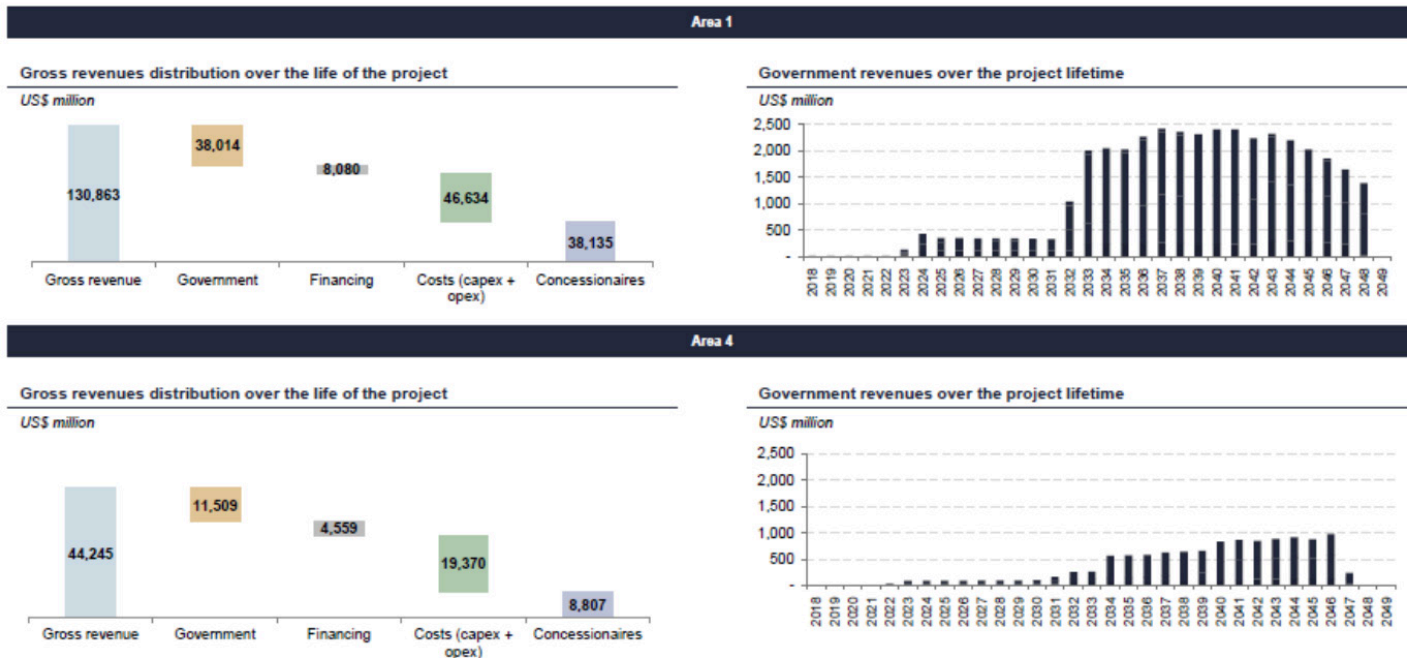
1. <?> <http://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/sala-de-imprensa/comunicados-de-imprensa/1580-comunicado-6-nov-portugues/file>

Porém, de 2032 em diante as receitas começarão a tornar-se significativas, entre outros aspectos, devido ao aumento dos 2 pontos percentuais, no imposto sobre a produção, que está previsto a cada 10 anos após o início da exploração.

Em 2033 por exemplo, a receita do governo decorrente da área 1 chegará a atingir USD 2000 milhões. Acontece, porém, que não se prevê disponibilidade suficiente de recursos para cumprir com a proposta de reestruturação. Pode ser que por falta de liquidez o Governo vá ter dificuldade de efectuar todos os pagamentos (juros, capital e instrumento de recuperação de valor) antes de 2033.

Government revenues – *Baseline scenario*

Under the baseline scenario, total government revenues would amount to US\$49.4 bn during the project lifetime. Revenues would significantly increase starting from 2032



O Governo assume ainda num cenário contingente que as receitas do gás podem tornar-se significativas com um atraso de um ano e meio em relação ao cenário base. Contudo, as receitas do governo poderão ser reduzidas em 6% do esperado no cenário base. Este factor constitui um risco real com consequências que podem levar o País a estar cada vez mais endividado contudo é um aspecto ignorado na apresentação dos principais termos comerciais da reestruturação da dívida.

Adicionalmente, a engenharia que o Governo se propõe para o pagamento das dívidas ilegais via receitas da exploração do gás, recentemente, o Governador do Banco de Moçambique admitiu ter cedido as pressões das multinacionais no âmbito da assinatura de contratos alusivo do 5º concurso para exploração de hidrocarbonetos, tornando cada vez mais escassos os recursos que o país poderá captar decorrente da exploração do Petróleo e Gás².

Portanto, dos pontos apresentados acima fica claro que as intenções do Governo face aos benefícios da exploração dos recursos petrolíferos nada tem a ver com a promoção do bem-estar do povo moçambicano.

Entretanto, o comunicado de 6 de Novembro 2018 já enfatiza que toda a documentação do processo de reestruturação será submetida para aprovação da Assembleia da Republica. Os moçambicanos exigem que o parlamento rejeite esta proposta de reestruturação que compromete o bem-estar de uma geração inteira e busque outras alternativas para restabelecer a confiança do país a nível da comunidade internacional.

Uma reestruturação da dívida deve proteger os interesses dos moçambicanos, promover o crescimento económico e permitir que os gastos públicos favoreçam aquisição de bens e serviços essenciais para os sectores prioritários.

Estes condicionalismos perigosos propostos pelo executivo demonstram um comportamento

predatório alinhado com os credores que em nada favorece o desenvolvimento do país.

Os moçambicanos exigem a partilha pública integral do acordo entre as partes com os termos detalhados da reestruturação de todas as dívidas.

O CIP opõe-se veementemente ao uso de recursos futuros do gás para pagar as dívidas ilegais porque tal uso representaria dupla perda para país nos seguintes termos: (i) onera uma geração inteira sob um peso insustentável de dívidas de USD 2,2 bilhões (aproximadamente 16% do PIB) que serviu à interesses ocultos, e (ii) "hipoteca" recursos do gás para pagar essas dívidas cujos benefícios nunca serão usufruídos pelos moçambicanos.

(Footnotes)



1 http://www.inp.gov.mz/pt/content/download/1372/9256/version/1/file/Republic+of+Mozambique_Government+Revenues+from+Gas+Projects.pdf

2 <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/67213-banco-de-mocambique-admite-que-flexibilizou-lei-cambial-para-privilegiar-multinacionais-do-petroleo-e-gas>

Maputo, 07 de Novembro de 2018



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro nº 124, Bairro da Sommerschild
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391
Email: cipmoz@gmail.com  @CIP.Mozambique  @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique